



SÚMULA DA 338ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS

Data: 27/02/2025	Horário: 14:00	Local: Auditório do Câmpus Florianópolis
Transmissão:  338ª Reunião do Colegiado do Câmpus Florianópolis		

Pauta da reunião
1) Redução da oferta de vagas do Curso Técnico em Informática para Internet (120 vagas para 60 vagas); 2) Atualização do PPC do Curso de Especialização em Gestão de Serviços e Saúde; 3) Excesso de alunos nas turmas de cursos técnicos integrados e possível encaminhamento de assembleia de campus para consulta pública; 4) Designação do Laboratório de Suporte Básico à Vida (sala D016) para Laboratório Professor Enfermeiro Fabiano Oliveira Antonini. 5) PAT (Plano Anual de Trabalho) 2025; 6) Divisão da Assessoria de Ciências Humanas do DALTEC - Ajuste no Regimento do campus. 7) Cerimônia de Posse dos novos conselheiros do Colegiado, Chefes de Departamento e Coordenadores.
Abertura da reunião: O presidente do Colegiado, diretor Zízimo Moreira Filho , deu as boas vindas aos membros e iniciou a reunião às 14:07. A reunião começou com o <i>quorum</i> mínimo, 50% + 1, conforme o art. 23 do Regimento do Colegiado. As ausências foram justificadas.
Informes: Não houveram informes, mas no início da reunião o presidente do Colegiado disse que, devido a cerimônia de posse, a reunião teria um tempo limite, até as 15h30 para apreciarmos todos os pontos, sugerindo priorizar os pontos principais. O conselheiro docente José de Pinho Alves Neto pediu para que fossem avaliados todos os pontos, já que estava preparado para discuti-los e que não estaria presente na próxima reunião, pois não seria mais conselheiro. O Conselheiro docente Adriano Nezello Schneider Pizzatto Heis reforça a manifestação do conselheiro anterior. O diretor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Rogério de Souza Versage , sugeriu manter todos os pontos e mantenha como prioridades os pontos relacionados a PPC de cursos. A diretora de Ensino Paula Borges Monteiro propôs a continuação com os mesmos conselheiros, caso não houvesse tempo hábil para apreciação de todos os pontos. Com isso, o diretor Zízimo Moreira Filho manteve a ordem dos itens de pauta.
Primeiro item: Redução da oferta de vagas do Curso Técnico em Informática para Internet (120 vagas para 60 vagas). O diretor Zízimo passou a palavra para o docente Marcos André Pisching , coordenador do Curso Técnico em Informática para Internet, que apresentou a proposta de redução da oferta. O Conselheiro docente Samuel Hammes Clasen , disse que fica com dúvidas com essa mudança de oferta, questionando a possibilidade do colegiado reduzir o número de ofertas. A diretora Paula Borges Monteiro , respondeu o questionamento informando que é

possível o colegiado deliberar a redução de ofertas desse curso pois são quatro turmas de 30 alunos, reduzindo para duas turmas de 30 alunos, reduzindo também o número de polos ofertantes. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovada a Redução da oferta de vagas do Curso Técnico em Informática para Internet (120 vagas para 60 vagas).

Segundo item: Atualização do PPC do Curso de Especialização em Gestão de Serviços e Saúde. O Diretor **Zízimo** passou a palavra para a docente Suélen dos Santos Saraiva, coordenadora do Curso de Especialização em Gestão de Serviços e Saúde para defesa do ponto apresentado. Logo após a apresentação, a docente se dispôs a sanar todas as dúvidas. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovada a Atualização do PPC do Curso de Especialização em Gestão de Serviços e Saúde.

Terceiro item: Excesso de alunos nas turmas de cursos técnicos integrados e possível encaminhamento de assembleia de campus para consulta pública. O Diretor **Zízimo** perguntou quem faria a defesa do ponto apresentado, esse ponto foi enviado pelo Chefe de Departamento do DALTEC, **José Roque Damasco Neto**, que não estava presente. O diretor perguntou se algum conselheiro queria se manifestar, com isso o docente **Samuel Hammes Clasen** apresentou o ponto. Relatou que não é uma demanda só de uma pessoa e sim de um grupo de pessoas que discutiram sobre esse tema. Temos um problema dentro do DALTEC, relacionado ao ingresso dos alunos de Mecatrônica. Atualmente, esses alunos entram em turmas do turno vespertino junto com os cursos de Eletrotécnica e Eletrônica, que inicialmente tinham menos alunos e podiam absorver a nova demanda. No entanto, com o tempo, houve um excesso de alunos devido à retenção e outros fatores, resultando em turmas com mais de 40 alunos, o que compromete a qualidade do ensino. Atualmente, há três cursos integrados no turno matutino e quatro no vespertino, e a situação do excesso de alunos exige uma solução urgente. Além disso, a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) prevê um mínimo de 30 vagas por curso, o que pode agravar ainda mais o problema. Para solucionar a questão, uma das possibilidades mencionadas seria a redução da oferta de vagas em algum curso. O excesso de alunos impacta principalmente áreas com grande déficit de professores, sendo que algumas delas já aguardam códigos de vagas há muito tempo. Apesar da crescente demanda e do reconhecimento da qualidade do curso, a realidade de salas com mais de 40 alunos torna o ensino inviável. Esse problema se manifesta principalmente até a quarta fase do curso, diminuindo um pouco nos semestres seguintes. Logo após, o diretor **Rogério Versage** destacou a expectativa de que haveria uma apresentação formal do material recebido, que parecia um PowerPoint, mas acabou não sendo exibida dessa forma. O documento inclui um item sobre o excesso de alunos nas turmas, mas não apresenta isso diretamente como uma proposta. No entanto, há um slide que sugere três alternativas, incluindo uma mencionada pelo professor Samuel. Além disso, argumenta que qualquer decisão sobre essas alternativas deveria ser tomada após a discussão do ponto de pauta, indicando que não se trata de uma votação imediata, mas sim da escolha de um caminho a seguir, que pode envolver ajustes nos PPCs e na oferta de cursos. Com isso, ressalta a importância da deliberação baseada em dados concretos sobre a crise atual, evidenciada pelo grande número de alunos por turma e pelas diferenças complexas entre elas. Também menciona que, ao analisar os dados, sua interpretação inicial é de que o problema pode estar relacionado às retenções de alunos, que acabam formando

turmas muito grandes, dificultando a acomodação das novas turmas ingressantes. Porém, reconhece que essa é apenas sua percepção dos números apresentados. Por fim, reforça que, embora talvez ainda não seja o momento para uma votação, iniciar essa deliberação é fundamental para tratar do tema e buscar soluções. Logo após, o docente **José de Pinho Alves Neto** expressou sua insatisfação com o fato de que um problema dessa magnitude foi trazido para o colegiado sem que houvesse uma análise e planejamento prévios. Também questionou por que o problema surgiu e sugere que aqueles responsáveis por evitar essa situação falharam em sua tarefa. Para ele, esse ponto, antes de chegar ao colegiado, deveria ter sido feita uma avaliação detalhada, incluindo discussões com os departamentos envolvidos e simulações para prever o impacto da retenção e do aumento de alunos. A expectativa ao trazer um assunto ao colegiado é que essas análises já tenham sido realizadas, e a falta desse processo demonstra, segundo ele, uma falha na gestão. Além disso, menciona ter assistido a uma reunião anterior na qual um representante do DALTEC demonstrou confiança na capacidade de absorver o curso, o que, na visão do interlocutor, indica que essa pessoa não fez a simulação necessária. Agora, o problema foi criado e transferido para o colegiado, o que ele considera uma atitude irresponsável e inconsequente, chegando a classificar a situação como quase leviana. Ele também alerta que esse tipo de postura pode abrir precedentes para que outros evitem suas responsabilidades e deixem problemas estourarem no futuro. A diretora **Paula Borges Monteiro** informou que participou da reunião do colegiado do DALTEC, onde foi encaminhada uma proposta para que o colegiado do campus deliberasse sobre a convocação de uma assembleia. A discussão surgiu a partir da identificação de um problema relacionado ao número de vagas ofertadas nos cursos técnicos integrados, especialmente no turno vespertino, que passou a contar com 105 vagas devido à inclusão do curso de Mecatrônica, equiparando-se à oferta matutina de 100 vagas. Esse aumento gerou um problema de retenção, agravando o número de alunos por turma. Antes da inclusão da Mecatrônica, essa situação já existia em menor escala, mas era compensada pelo menor número de vagas ofertadas à tarde. A proposta inicial da assembleia sugeria a interrupção da oferta dos cursos técnicos integrados, porém essa questão não foi formalmente inserida no ponto de pauta. Diante disso, foi apresentada uma alternativa pela direção de ensino: reduzir temporariamente 20% das vagas vespertinas para aliviar a superlotação. Com essa medida, o curso de Edificações passaria de 32 para 26 vagas, Mecatrônica de 30 para 24, Eletrônica de 25 para 20 e Eletrotécnica de 18 para 14, totalizando a redução de 21 vagas. Essa solução teria um prazo determinado, estimado entre um e dois anos, para permitir a adequação dos PPCs de acordo com novas diretrizes. Durante a reunião, foi ressaltado que a decisão de levar essa questão ao colegiado do campus se deu pela percepção de que o problema ultrapassa apenas a questão do número de vagas e envolve um contexto mais amplo, incluindo dificuldades relacionadas aos recursos do campus. Assim, alguns conselheiros defenderam a necessidade de um movimento maior, indo além da reorganização das ofertas de vagas e buscando uma solução estrutural para as demandas da instituição. Com isso, foi decidido que a assembleia discutiria não apenas a questão das turmas superlotadas, mas também a carência de recursos enfrentada pelo campus. O conselheiro **Sergio Luciano Ávila** solicitou a palavra e mencionou que o material entregue diverge do que foi verbalizado pela professora Paula. Ele sugere que, diante



dessa discrepância, não cabe deliberação sobre o ponto. Critica a proposta por ser incisiva e não envolver os departamentos impactados, ressaltando que a falta de diálogo na gestão é um problema grave. Ele expressa apreço pela proposta, mas não está convencido da necessidade de uma assembleia, pois isso poderia enfraquecer a autoridade dos gestores eleitos. No entanto, caso uma assembleia seja deliberada, sugere que seja realizado um estudo amplo sobre o campus, abordando aspectos como evasão, número de ingressantes, demanda da sociedade pelos cursos, salas subutilizadas e estrutura acadêmica. Além disso, questiona se os cursos oferecidos ainda possuem relevância e se atendem às necessidades atuais. Ele defende uma análise abrangente antes de qualquer decisão, evitando soluções pré-definidas e garantindo que as deliberações sejam fundamentadas em dados concretos. O técnico administrativo **Idney Silva Junior** inicia sua fala concordando com o posicionamento do professor Sergio Ávila e reforça que a recente aprovação da POCV mantém as mesmas ofertas de cursos sem uma revisão criteriosa. Ele chama a atenção para o problema de baixa demanda de diversos cursos, mencionando que, ao consultar os editais de vagas remanescentes, é possível perceber que muitos processos seletivos não conseguem preencher as turmas, sendo reabertos repetidamente sem sucesso. Ele enfatiza que essa situação não é recente e que, se nenhuma ação for tomada, os mesmos cursos continuarão sendo ofertados sem alunos por mais uma década. Além disso, observa que a falta de procura não é um problema isolado e que há cursos que formam apenas um ou dois alunos por semestre. Apesar disso, a instituição continua a ofertá-los sem uma análise aprofundada da situação. Ele também destaca as limitações estruturais do campus, como o número reduzido de docentes e restrições de espaço físico, e argumenta que qualquer expansão de um curso exigiria a redução de outro. O servidor reconhece a dificuldade de gestão para lidar com essa questão, pois qualquer tentativa de corte enfrentará resistência de diferentes departamentos, já que todos possuem suas próprias demandas e interesses. Ele critica a forma como algumas informações foram apresentadas no documento em discussão, apontando, por exemplo, que o curso de Eletrotécnica Vespertino foi mencionado como sendo de baixa procura, quando, na verdade, está entre os mais procurados do campus. Segundo ele, se o critério para ajustes fosse baseado apenas na demanda, outros cursos deveriam ser priorizados para alteração. Sobre a realização de uma assembleia para discutir a questão, ele se posiciona contra, argumentando que esse não é o fórum adequado para tratar da redução de ofertas. Para ele, uma assembleia apenas traria uma solução paliativa, sem resolver o problema estrutural. Ele lembra que qualquer alteração na quantidade de vagas precisa passar por instâncias superiores, o que inviabiliza mudanças para o semestre de 2025/2, pois os editais já estão em andamento. Embora reconheça que a alteração não seja impossível, considera que seria inviável dentro dos trâmites institucionais. Além disso, critica a falta de rigor na aprovação de novos cursos e PPCs (Projetos Pedagógicos de Curso), citando um caso recente em que um curso foi aprovado com quatro semestres, embora no departamento responsável a proposta inicial fosse de três semestres. Ele relata que, ao questionar essa aprovação, foi acusado de estar tentando impedir o trabalho de colegas. Para ele, a falta de planejamento nesse processo tem consequências graves, já que um curso pode ser aprovado sem levar em conta aspectos como espaço físico, disponibilidade de docentes e viabilidade acadêmica, gerando problemas no futuro. Por fim, ele faz um desabafo sobre sua

preocupação com o futuro da instituição. Com muitos anos de serviço pela frente, ele se mostra apreensivo com a falta de planejamento de longo prazo e reforça que, em algum momento, a instituição precisará enfrentar essa questão de maneira séria e responsável. Ele conclui sua fala alertando para a necessidade de tomar decisões estratégicas para garantir a sustentabilidade da escola nos próximos anos. O docente **Samuel João da Silveira** concorda com a fala anterior do servidor Idney e reforça sua discordância em relação à proposta apresentada. Ele menciona que diversos cursos técnicos, como Edificações e Saneamento, estão enfrentando uma grande evasão. Para ele, cortar a entrada de novos alunos agravaria ainda mais a situação, resultando em turmas cada vez menores e formando apenas dois ou três alunos ao final do curso. Ele aponta que o problema relacionado ao curso de Mecatrônica deve ser analisado com mais profundidade e estudado com mais critério antes de qualquer decisão. Sua sugestão é que a questão não seja deliberada naquele momento, mas encaminhada à Direção de Ensino para uma avaliação mais ampla. Segundo ele, a Direção tem uma visão geral do cenário e pode propor soluções mais adequadas, evitando impactos negativos em outros departamentos. Por fim, sugere que se avalie a situação dos cursos ofertados no período vespertino, verificando se há cursos que existem apenas formalmente, sem alunos matriculados. Para encerrar sua fala, reforça a necessidade de um estudo mais detalhado antes de qualquer decisão definitiva. Logo após, o docente **Samuel Hammes Clasen** defendeu a importância da discussão sobre o tema e insistiu que o problema das turmas precisa de um encaminhamento concreto. Ele questiona se nada será feito diante da situação e expressa preocupação com a possibilidade de o assunto ser simplesmente repassado para a gestão sem uma resolução clara. Com isso, destaca o problema do excesso de alunos em algumas turmas, mencionando especificamente um segundo semestre de curso técnico integrado com 46 alunos em sala, o que considera inaceitável. Também aponta a falta de professores e de espaço físico como desafios para a gestão, enfatizando que a administração precisa agir para solucionar essas questões. Além disso, ele menciona uma falha na previsão de carga horária para turmas vespertinas, onde não há estrutura para atender alunos em dependência, enquanto nos cursos matutinos isso foi previsto. A decisão de adicionar mais alunos a essas turmas sem planejamento adequado resultou em problemas de retenção e falta de professores. Para ele, não basta apenas preencher vagas, é necessário estruturar adequadamente os recursos disponíveis. Logo após, alerta para os impactos sobre os alunos do curso de Mecatrônica, que foram divididos em duas turmas e relatam dificuldades de integração e identidade coletiva. Ele ressalta que os cursos técnicos integrados exigem um ambiente de interação diferente dos cursos de graduação e que essa questão deve ser considerada. Por fim, ele faz um apelo para que a situação seja resolvida e reforça que, mesmo que o colegiado do campus não tenha a função direta de tomar essa decisão, alguém precisa assumir a responsabilidade de solucionar o problema. O docente **Adriano Nezello Schneider Pizzatto Heis** reconhece que há um problema instalado e faz um resgate da situação. Ele menciona que já há um curso técnico integrado aprovado – o de Meteorologia pelo Departamento Acadêmico de Saúde – que ainda não foi ofertado porque o DALTEC alegou falta de carga horária. Em seguida, cita o curso de Mecatrônica, que também gerou discussões e dúvidas sobre sua viabilidade. Ele concorda que as análises feitas até agora são pertinentes e destaca um fator temporal: o ingresso para 2025.2



já está em andamento, ou seja, qualquer mudança deveria ter sido tratada no ano passado. Para ele, alterar a oferta neste momento não seria viável, pois os prazos já estão em curso. O docente menciona o artigo 26 do Regimento, que prevê a existência de comissões pedagógicas responsáveis por revisar e analisar essas questões. Ele critica o fato de que, muitas vezes, quando os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) chegam ao colegiado, supõe-se que todos os departamentos envolvidos já tenham sido consultados e aprovados, mas posteriormente surgem problemas estruturais e de alocação de salas e docentes. Ele também esclarece o ponto de pauta da reunião: a possibilidade de convocação de uma assembleia pública para consulta sobre o tema. No entanto, questiona a eficácia dessa medida, já que, no seu entendimento, o processo já está avançado para 2025.2 e a assembleia não teria tempo hábil para provocar mudanças nesta oferta. Dessa forma, sua proposta é que se aplique o Regimento e se criem as comissões pedagógicas para revisar essas questões de maneira detalhada. Para ele, a discussão deve ser mais profunda e estruturada, especialmente sobre as demandas futuras e a questão da retenção de alunos, que parece ser um problema significativo. Ele sugere que essas análises sejam conduzidas por meio dos mecanismos já previstos no Regimento, especificamente o artigo 26. Para finalizar o item de pauta, o diretor do campus inicia sua fala destacando que, apesar de evitar emitir opinião enquanto presidente do colegiado, sente a necessidade de se manifestar como gestor diante da situação apresentada. Ele menciona uma medida tomada anteriormente em relação a projetos de pesquisa, na qual determinou que qualquer novo projeto deveria vir acompanhado de soluções para espaço físico e carga horária, a fim de evitar que a direção tivesse que encontrar soluções posteriormente. Essa decisão foi amplamente criticada na época, mas ele acredita que uma abordagem semelhante deve ser adotada para a criação de novos cursos. Ele ressalta que tem insistido no Conselho de Gestão sobre a necessidade de discutir os limites do campus, tanto em relação ao espaço físico quanto à quantidade de professores e técnicos disponíveis. Ele destaca que há um excedente de 35 docentes em relação à tipologia do campus e que isso gera um efeito em cascata: esses professores precisam de atividades, o que leva à criação de mais cursos e turmas, agravando ainda mais a questão do espaço e da carga horária. Outro ponto abordado é o fenômeno do êxodo de docentes do interior para o campus Florianópolis, o que contribui para a superlotação e a necessidade de reorganização constante da estrutura acadêmica. Ele cita como exemplo o curso de Mecatrônica, que foi o segundo mais procurado da rede e, por isso, não pode simplesmente ser fechado. No entanto, reconhece que houve erros na condução do processo desde o início e que agora o problema precisa ser resolvido. O diretor argumenta que interromper turmas agora não resolveria o problema já instalado, pois a situação exige um gerenciamento da estrutura atual até que as fases mais avançadas do curso aliviem a pressão sobre os espaços e professores. Ele enfatiza que a solução deve focar no futuro e que é essencial considerar o índice de reprovação ao planejar novas ofertas, pois a retenção de alunos impacta diretamente a ocupação das turmas ao longo dos semestres. Ele menciona que a diretora de ensino, professora Paula, apresentou uma alternativa viável para reduzir o quantitativo de alunos com base no percentual de reprovação, o que ajudaria a equilibrar melhor a relação entre professores, alunos e salas de aula. A medida, segundo ele, é essencial para evitar que o problema continue crescendo. O diretor conclui dizendo que levar essa questão



para uma assembleia pública não parece uma solução viável, pois, se já há dificuldades em deliberar dentro do colegiado, o problema se tornaria ainda mais complexo em um fórum maior. Ele defende que a gestão deve assumir a responsabilidade pelo encaminhamento das soluções e reforça que, caso não haja consenso ou progresso nas discussões, poderá ser necessária uma medida mais radical por parte da direção para corrigir a situação. **Encaminhamento:** Não houve deliberação do item.

Quarto item: Designação do Laboratório de Suporte Básico à Vida (sala D016) para Laboratório Professor Enfermeiro Fabiano Oliveira Antonini. O Diretor **Zízimo** perguntou se havia alguma objeção quanto à designação. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovada a designação do Laboratório de Suporte Básico à Vida (sala D016) para Laboratório Professor Enfermeiro Fabiano Oliveira Antonini.

Quinto item: PAT (Plano Anual de Trabalho) 2025. O Diretor **Zízimo** passou a palavra para a diretora de Administração, **Vanessa dos Santos Grando** iniciou sua fala contextualizando o Plano Anual de Trabalho (PAT) de 2025, esclarecendo que a discussão se refere ao orçamento do ano vigente e não de 2026. Ela apresenta um histórico dos recursos financeiros recebidos pelo Campus Florianópolis nos últimos anos, apontando um aumento progressivo: aproximadamente R\$ 8 milhões em 2023, R\$ 9 milhões em 2024 e R\$ 10 milhões em 2025. No entanto, ele destaca que a inflação e os aumentos nos contratos e custos de manutenção praticamente anulam esse acréscimo, tornando desafiador atender às demandas do campus, além de realizar reformas necessárias em sua infraestrutura, que apresenta diversas precariedades. O Conselho de Gestão avaliou que, mesmo com o aumento do orçamento, após descontar os custos fixos, sobrariam apenas R\$ 372 mil para projetos específicos. Inicialmente, havia a intenção de implementar um PAT participativo, permitindo que a comunidade propusesse projetos para o uso desse valor. No entanto, diante da necessidade de realizar reformas urgentes, como a do bloco central, que apresenta problemas estruturais graves, a direção optou por priorizar essas obras. Foram discutidas várias alternativas para viabilizar o orçamento necessário, incluindo: 1. Redução linear de 50% em todos os setores, incluindo bolsas e auxílios; 2. Redução de 30% dos recursos destinados à pesquisa nos departamentos acadêmicos; 3. Corte na capacitação de servidores, na pesquisa e nos departamentos acadêmicos e administrativos. A proposta aprovada pelo Conselho de Gestão manteve os auxílios aos estudantes, mas cortou aproximadamente 50% dos recursos destinados à capacitação, pesquisa e funcionamento dos departamentos acadêmicos e administrativos. Com essa economia e o valor disponível, foi possível direcionar cerca de R\$ 1,092 milhão para a reforma dos laboratórios de Química e Biologia, obra considerada prioritária por atender a diversos cursos do campus, especialmente as engenharias. O orçamento detalhado, incluindo os cortes e realocações, está disponível para consulta no portal do DGP. Além disso, foi levantada no Conselho de Gestão a necessidade de solicitar ao IFSC Rede o retorno de cerca de R\$ 700 mil, buscando complementar o valor necessário para a reforma. Isso se deve ao fato de que a matriz orçamentária do campus, segundo o Conif, deveria ser em torno de R\$ 14 milhões, mas, na prática, o campus está recebendo apenas R\$ 10,5 milhões, o que tem dificultado a realização de obras essenciais. Por fim, a diretora reforça que essa decisão exigirá sacrifícios dos departamentos, mas é um esforço necessário para viabilizar a melhoria da

infraestrutura do campus, que enfrenta dificuldades há anos. Logo após, foi aberto espaço para dúvidas e esclarecimentos dos demais conselheiros. O conselheiro **Samuel Hammes Clasen**, também professor de Química, destaca a importância da reforma do laboratório, que vem sendo demandada há pelo menos 10 anos. Ele reforça a necessidade da obra devido à alta quantidade de alunos em sala de aula e ao grande número de cursos que utilizam o espaço, ressaltando que as condições atuais impõem riscos à segurança. Ele menciona que os laboratórios são pequenos e apertados para turmas grandes, o que é um desafio, especialmente no ensino integrado, onde os estudantes são mais agitados. Samuel agradece à gestão pelo esforço em viabilizar a reforma, mas demonstra uma dúvida em relação à solicitação de recursos ao IFSC Rede. Ele busca esclarecer se a estratégia adotada consiste em utilizar o valor disponível para a reforma e, posteriormente, solicitar ao IFSC Rede um recurso adicional para recompor os cortes realizados nos departamentos acadêmicos e administrativos. Ao final, confirma seu entendimento sobre o processo, questionando se a solicitação ao IFSC Rede será feita especificamente para reposição dos valores retirados dos departamentos. Logo após, o presidente do colegiado, expressa seu reconhecimento e gratidão ao Conselho de Gestão e aos chefes de departamento pelo trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido. Ele destaca a evolução da cultura institucional, que passou de uma visão individualista dos departamentos para uma abordagem mais coletiva, priorizando necessidades da instituição como um todo. Como exemplos de avanços alcançados, cita a compra de 82 aparelhos de ar-condicionado e a implementação do sistema de catracas para acesso ao campus. Em relação à gestão orçamentária, explica que a primeira proposta da direção foi um Plano de Aplicação de Recursos (PAT) participativo, inspirado em uma demanda surgida durante a greve. A proposta foi levada ao Conselho de Gestão, que não se opôs à ideia, mas sugeriu que fosse implementada gradativamente, priorizando primeiro obras urgentes já estabelecidas. Dessa forma, os chefes de departamento e a diretora de administração, Vanessa, reuniram-se com frequência para definir a divisão orçamentária e estabelecer uma metodologia de alocação de recursos. Diante da limitação orçamentária, que reduziu de R\$ 14 milhões em 2020 para aproximadamente R\$ 10 milhões em 2025, foram feitos cortes drásticos nos departamentos acadêmicos e na própria direção, permitindo priorizar a reforma do laboratório de Química e Biologia. Ele enfatiza que os ajustes financeiros foram feitos até o limite possível, garantindo que a obra ocorra independentemente da obtenção de recursos adicionais do IFSC Rede ou de outras fontes. O orçamento para a reforma já está assegurado, e o edital para a execução da obra está sendo elaborado, com previsão de lançamento ao final do primeiro semestre. Paralelamente, busca-se uma complementação de recursos por meio do IFSC Rede e até de emendas parlamentares, visando recompor parte dos cortes nos departamentos acadêmicos e administrativos. Por fim, ele esclarece que a execução da obra ainda depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para confirmar os valores definitivos a serem recebidos. Apenas um doze avos do orçamento anual foi liberado até o momento, sendo necessário aguardar a aprovação da LOA para dar andamento ao processo de licitação. A expectativa é que o edital seja lançado ainda no primeiro semestre. Ele encerra perguntando se há dúvidas e abre espaço para mais comentários, mencionando que Vanessa pode concluir a discussão. Com isso, a diretora de Administração, abordou a questão dos auxílios, explicando que os valores

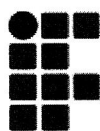


foram mantidos em relação ao ano passado, pois essa foi a prioridade. Destacou que os auxílios funcionam como um complemento aos editais e que há um esforço maior além do realizado pela Reitoria. Também mencionou a manutenção das bolsas de monitoria e os auxílios da Diretoria de Ensino. No entanto, ressaltou que houve um corte significativo na área de pesquisa, reduzindo os recursos pela metade. Por fim, o conselheiro técnico administrativo **Idney Silva Junior** propôs que, em vez de solicitar apenas a diferença de R\$ 700.000, fosse feito um documento pedindo o valor total da obra. Justificou que o IFSC Rede existe justamente para distribuir recursos entre os campus, especialmente para construções e despesas que não podem ser arcadas individualmente. Argumentou que não faz sentido que tenham que bancar a obra sozinhos, já que são os maiores contribuintes da rede. Defendeu que, no momento em que precisam de recursos, também deveriam ter o direito de acessá-los, considerando incoerente a atual situação. Sugeriu, portanto, a solicitação de 100% do valor necessário e mencionou a possibilidade de implementar um orçamento participativo posteriormente. **Encaminhamento:** Por unanimidade, foi aprovado o PAT (Plano Anual de Trabalho) 2025.

Sexto item: Divisão da Assessoria de Ciências Humanas do DALTEC - Ajuste no Regimento do campus. O Diretor **Zízimo** passou a palavra para o conselheiro docente **Samuel Hammes Clasen** que explicou o ponto, informando que a solicitação teve como objetivo encaminhar à Comissão de Revisão do regimento interno do campus Florianópolis responsável a proposta de dividir a assessoria das áreas de Ciências Humanas, que atualmente possui apenas uma assessoria unificada. O argumento é que, embora essas áreas tenham pontos em comum, também possuem especificidades que justificam essa separação. A ideia é que essa questão seja levada ao grupo que discutirá o próximo regimento, para que a separação das áreas de conhecimento seja estabelecida como uma diretriz. O encaminhamento foi apenas esse. **Encaminhamento:** Não houve deliberação do encaminhamento, mas há a necessidade de reconstituir a Comissão de Revisão do regimento interno do campus Florianópolis. Destacou-se que, provavelmente, os pontos em discussão deverão ser apresentados à comunidade para que esta possa contribuir com sugestões. A intenção é pautar essas questões na comissão. Houve uma dúvida sobre a possibilidade de tomar uma decisão formal do colegiado naquele momento, mas concluiu-se que isso não caberia. Assim, ficou acordado que o tema será retomado na próxima reunião do colegiado para um encaminhamento adequado.

Sétimo item: Cerimônia de posse dos novos conselheiros do Colegiado, Chefes de Departamento e Coordenadores. Em cerimônia, o Diretor **Zízimo** deu posse aos novos conselheiros do Colegiado, Chefes de Departamento e Coordenadores.

Encerramento: Sem mais, o presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a reunião às 17h00.



338ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COLEGIADO DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS
27/02/2025

LISTA DE PRESENÇA

Nome Completo	Assinatura
Zízimo Moreira Filho (Presidente)	
Paula Borges Monteiro (Diretora de ensino)	
Vanessa dos Santos Grando (Diretora de Administração)	
Rogério de Souza Versage (Diretor de Pós-graduação, pesquisa e Extensão)	
Adriano Nezello Schneider Pizzatto Heis (1º Docente)	
José de Pinho Alves Neto (2º Docente)	
Samuel Hammes Clasen (3º Docente)	
Angela Regina Kirchner (1º Docente Suplente)	
Samuel João da Silveira (2º Docente Suplente)	
Sergio Luciano Avila (3º Docente Suplente)	
Idney Silva Junior (1º TAE Titular)	
Mariana Alvarenga (2º TAE Titular)	
Daniel Dezan de Bona (3º TAE Titular)	
Diogo Melcher dos Santos (1º TAE Suplente)	
Cristiane Antunes Espindola (2º TAE Suplente)	
Leandro Sebastião Silva (3º TAE Suplente)	
Moacir Antônio Marafon (ACATE)	
Caroline Burlet (CREA-SC)	
Matheus De Magalhães Mendonça (1º Discente Titular)	
Iuri de Araújo Coelho (2º Discente Titular)	
Sarah Becker Silva (3º Discente Titular)	
Maria Alice Souza dos Santos (1º Discente Suplente)	
Nathally Saturnino dos Passos (2º Discente Suplente)	
Nicolly Saturnino dos Passos (3º Discente Suplente)	
Fábio Henrique Guimarães (Secretário)	

